

## Economia

Crise Financiamento só é conseguido com fiador de peso

## Empresas públicas têm avales do Estado de 12 mil milhões

As garantias estatais aumentaram 35 por cento em apenas dois anos. Transportadoras são as que mais recorrem a este procedimento

Raquel Almeida Correia

As garantias dadas pelo Estado às empresas públicas que se socorrem do accionista e o apresentam como fiador para conseguir contrair empréstimos ultrapassaram um montante acumulado de 12,3 mil milhões de euros, em 2010. O valor tem vindo a aumentar ao longo dos anos, mas registou uma subida mais forte a partir de 2009, fruto das solicitações de transportadoras públicas, como a CP e a Refer.

Dados da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças mostram que, até 2008, as garantias concedidas pelo Estado se fixavam em 9,2 mil milhões de euros, excluindo as empresas públicas não financeiras. No ano seguinte, passaram para 11,8 mil milhões e, em 2010, chegaram a 12,3 mil milhões de euros, o que significou um crescimento de 35 por cento em apenas dois anos.

Este aumento ficou a dever-se, essencialmente, ao sector dos transportes. Por exemplo, a Refer, empresa que mais garantias estatais obteve até ao ano passado (27 por cento do total), já conseguiu que o Estado fosse seu fiador em 3,3 mil milhões de euros - uma subida de 35 por cento face a 2008. No caso da CP, que tem garantias acumuladas de 1,1 mil milhões, o crescimento foi de 54 por cento. E, para a Metro de Lisboa (três mil milhões), foi de 11 por cento, conferindo-lhe a segunda posição no ranking das garantias, com 24,6 por cento do total.

Fora do sector dos transportes, também houve empresas públicas que aumentaram significativamente o valor destes apoios. A Águas de Portugal, que obteve 9,9 por cento dos 12,3 mil milhões de euros totais, foi responsável pelo maior aumento face a 2008 (129 por cento). E a Parque Escolar, empresa criada em 2007 para gerir os programas de modernização das escolas públicas, fechou 2010 com garantias acumuladas de 600 milhões de euros, quando, dois anos antes, não registava qualquer montante.

## Garantias à lupa

	Valores acumulados em milhões de euros
Refer	3328,3
Metro de Lisboa	1219
Águas de Port.	1117,9
Metro do Porto	1049,8
Parque Escolar	600
EDIA	596,4
Carris	499,2
Outros	872,7
<b>Total</b>	<b>= 12.312,3</b>

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

No caso desta empresa, o Estado assumiu-se como garante de empréstimos, contraídos junto do BEI, que totalizaram 1150 milhões de euros, entre 2009 e 2010. Esse crédito serviu para financiar a renovação das instituições de ensino, que passam a ser património da Parque Escolar, servindo como contra-garantia das suas dívidas financeiras.

## A espiral das garantias

As garantias do Estado servem para dar às instituições financeiras uma salvaguarda face à eventualidade de os titulares do empréstimo não cumprirem as amortizações. Caso isso aconteça, os cofres públicos são chamados a reembolsar os credores. Ou seja, num cenário hipotético, o Estado seria obrigado a pagar 12,3 mil milhões de euros, se todas as empresas públicas de que é fiador falhassem o pagamento.

Foi o que se passou com o Banco Privado Português (BPP), a quem o Estado cobriu um empréstimo de 450 milhões de euros e, no final do ano passado, teve que o pagar à banca. O banco falido disponibilizou contra-garantias, mas não é certo que

A Refer lidera o ranking das garantias prestadas pelo país



cheguem para cobrir o incobrável.

Estes apoios do Estado têm sido accionados quando as empresas públicas se endividam para concretizar investimentos. Foi o que sucedeu, no final de 2010, com a Metro de Lisboa. O plano de expansão e modernização da rede ajudou a justificar as garantias estatais para uma emissão obrigacionista de 85 milhões de euros, reforçada recentemente com mais 35 milhões. Isto numa altura em que o endividamento da empresa alcançou 3,6 mil milhões - apenas 600 milhões acima do dinheiro que foi pedido com salvaguarda dos cofres públicos.

Uma política com a qual a actual administração da Metro de Lisboa não parece concordar. "O modelo de gestão dos últimos 35 anos assentou num equívoco. A aposta no financiamento

das infra-estruturas, quase exclusivamente através do recurso à dívida, ainda que com garantia e aval do Estado, conduziu a um nível de endividamento insuportável, para além da construção de um imaginário de facilidades que não encontram eco no crescente, e insustentável, nível de encargos com a mesma", afirmava o presidente da empresa, Joaquim Reis, no relatório e contas de 2009.

Já no caso da CP, o Estado concedeu garantias a um empréstimo obri-

450

O Estado avalizou um empréstimo de 450 milhões de euros ao falido BPP e teve que o pagar no final de 2010

gacionista de 500 milhões de euros, em 2009. Em causa esteve a reestruturação do passivo e "a busca de liquidez para responder em parte às responsabilidades" que venciam no ano seguinte. Uma espiral que envolvia a concessão de um número crescente de empréstimos para pagar outros já contraídos.

Este sistema, que se adensou com o eclodir da crise financeira e económica, tem sido a resposta do Governo às crescentes dificuldades das empresas em financiarem-se. Este ano, perante as fragilidades de tesouraria de várias transportadoras públicas, o Estado foi chamado a intervir. Hoje, vence uma dívida da Metro do Porto no valor de 100 milhões de euros, que deverá ser paga com recurso a um empréstimo do Tesouro, com C.V., I.S. e J.M.R.